



Projeto de Lei propõe alteração

CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO (do Sr. Deputado Mário Heringer e outros)
Sugere ao Poder Executivo a normatização das propostas que apresenta

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde

Nós, Deputados Federais infra-assinados, médicos por profissão e administradores hospitalares, conscientes da necessidade de aprimoramento da legislação vigente no que tange às relações comerciais e trabalhistas existentes entre as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, os profissionais das áreas médica e odontológica que lhes prestam serviços, quer como contratados, credenciados ou cooperados, e os consumidores sugerimos a vossa Excelência sejam tomadas providências no sentido da normatização das propostas abaixo enumeradas, a maior parte das quais encontra-se contida nos Projetos de Lei nºs 2056/03, 1603/03 e 3058/04.

1) Garantia de recebimento por serviço prestado

Garantir que os procedimentos previamente autorizados pelas Operadoras de Planos de Saúde não possam ser submetidos a recursos administrativos para protelação ou suspensão de pagamento, uma vez que sua realização encontra-se condicionada a prévia autorização por parte da Operadora.

2) Garantia de pagamento por meio de cobrança bancária

Assegurar às pessoas físicas ou jurídicas que negociam diretamente com as Operadoras de Planos de Saúde o direito de efetuarem, de forma ágil e prática, suas transações comerciais por meio da rede bancária oficial, utilizando-se do recurso de faturas ou boletos bancários.

3) Determinação de prazos para ressarcimento de serviços prestados

Determinar um prazo máximo para que as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde liquidem seus compromissos financeiros com os profissionais de saúde que lhes prestam serviços, evitando a prática, hoje comum, de adiamento interminável dos pagamentos, origem de prejuízos financeiros muitas vezes irreparáveis aos prestadores de serviço médico/odontológico.

4) Determinação de critérios para descredenciamento

Determinar que o descredenciamento de profissionais de saúde e entidades clínicas e hospitalares restrinja-se a razões de ordem legal, ética, sanitária ou de erro médico comprovado, impossibilitando, dessa forma, ações injustificadas da Operadora ou em benefício próprio da mesma.

5) Proibição de recusa de credenciamento de profissionais

Estabelecer proibição à recusa, por parte das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, de credenciamento de profissionais de saúde que comprovem os seguintes requisitos básicos para o exercício de sua atividade com qualidade: graduação em Medicina ou Odontologia, residência médica ou equivalente, e registro no conselho regional de medicina ou de odontologia onde atua ou pretende atuar.